RICARDO RODRÍGUEZ E O COLÓQUIO ANTERO DE QUENTAL (Palavras de homenagem)

José Mauricio de Carvalho (Dr.)
Organizador do evento
E-mail: josemauriciodecarvalho@gmail.com
Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves –
UNIPTAN /FAPEMIG
lattes.cnpq.br/0631305118814377
Orcid: 0000-0002-3534-5338

Ricardo Vélez Rodríguez é um bem conhecido nesta cidade e como professor de sua Universidade Federal. Aqui trabalhou por décadas até se aposentar recentemente. Nessa condição foi professor de muitos colegas presentes neste Colóquio ou que estão neste auditório.

Nascido em 15 de novembro de 1943, em Bogotá, Colômbia, ele vive no Brasil há mais de quatro décadas, tendo se naturalizado brasileiro e tido dois filhos brasileiros. Dotado de inteligência rara e grande capacidade de estudo e trabalho, Ricardo Rodríguez licenciou-se em Filosofia na Universidade Javeriana, em 1963. Cursou Teologia no Seminário Conciliar ainda em Bogotá, fez mestrado em Filosofia na PUC-Rio (1974), doutorado em Filosofia na UGF (1982) e estágio de pós-doutorado na França. É membro da Academia Brasileira de Filosofia e Sociedade Tocqueville (ambas no Rio de Janeiro), Instituto de Filosofia Luso-Brasileira (Lisboa), Instituto Brasileiro de Filosofia (São Paulo), The Planetary Society (Pasadena – Califórnia), Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, integra o Conselho Diretor do Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (Salvador) e o Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio. Foi professor na Universidade Estadual do Paraná, na Universidade Gama Filho e, desde 1985, atuou como Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde se aposentou como Associado. Como intelectual deixou colaboração importante nos seguintes campos: filosofia brasileira, filosofia das ciências, história da filosofia, filosofia política, ética e história da cultura.

Esta homenagem segue uma tradição dos colóquios luso-brasileiros de filosofia que se dedicam ao exame de autores que se destacam no estudo da filosofia luso-brasileira ou de temas importantes de nossa tradição. O essencial de sua contribuição para a filosofia luso-brasileira encontra-se detalhado no livro *Contribuição contemporânea à História da Filosofia Brasileira* (3. ed., Londrina, Eduel, 2001) e em *Antologia do culturalismo brasileiro* (Londrina: Eduel, 1998). Ricardo Rodríguez escreveu importantes livros sobre a realidade ibero-americana e brasileira entre os quais se destacam: *Liberalismo y conservantismo en América Latina* (Bogotá, Tercer Mundo, 1978); *Castilhismo, uma filosofia da república* (Est-EDUCS, 1980, reeditado em 2000 pelo Senado Federal na Coleção Brasil 500 anos); *A propaganda republicana* (Ed. UnB, 1982); *O trabalhismo após 1930* (Ed. UGF, 1985); *O Castilhismo* (Ed. UGF, 1994); *A ditadura republicana segundo o apostolado positivista* (Ed. UGF, 1995); *Tópicos especiais de filosofia moderna* (Ed. da UEL e Ed. da UFJF, 1995), *Oliveira Vianna e o papel modernizador do estado brasileiro* (Ed. da UEL, 1997), *Socialismo moral e socialismo doutrinário* (Ed. UGF, 1997); *Avanços teóricos da*

socialdemocracia (Ed. UGF, 1997); *A democracia liberal segundo Alexis de Tocqueville* (Mandarim, 1998), *Keynes, doutrina e crítica* (Ed. Massao Ohno, 1999) e *Estado, cultura y sociedad en la América Latina* (Bogotá, Universidad Central, 2000). Além desses, é autor de vários capítulos em outras obras e centenas de artigos científicos.

Ricardo Rodríguez conhece como poucos a filosofia positivista e sua derivação política no Brasil, o castilhismo. Além disso, aplicou, com grande habilidade, os conceitos da sociologia weberiana no estudo da realidade ibero-americana. Dessa forma, avalia a organização político-burocrática dessas nações a partir dos conceitos weberianos, evitando categorias marxistas, que ele avalia não traduzirem a realidade dessas sociedades. A partir dos ensinamentos de Weber, elaborou um novo conceito para explicar o comportamento político nessa sociedade: a ética patrimonial. O que a caracteriza? O fato de o homem projetar, no espaço cultural, a consciência de seus limites e desejar encontrar no útero protetor da organização política a segurança que a instabilidade da vida parece negar. Essa moralidade se ajusta a uma teoria do Estado onde os assuntos são resolvidos como se fossem familiares, misturando o público e o privado. Dessa forma não é incomum os agentes do Estado se beneficiarem dele como se estivessem gozando de bens particulares. Segundo Weber, essa forma administrativa, o estado patrimonial, teria prevalecido na Rússia e nos países do Leste Europeu. Rodríguez e os weberianos brasileiros a ajustaram à realidade ibero-americana. Dialogando com Wanderley Guilherme dos Santos, aproximou essas ideias weberinas do conceito de *autoritarismo instrumental*, afirmando que o modelo patrimonial de modernização do qual é exemplo a revolução de 64, que usou o autoritarismo para promover a modernização da sociedade. Ele avalia o movimento revolucionário como um processo transitório, posto em curso pela elite política e militar enquanto a democratização política não se completava.

Ricardo Rodríguez estabeleceu uma raiz ibérica para o nosso patrimonialismo. Na sua interpretação da cultura ibérica, Ricardo Vélez considerou que o patrimonialismo, também ali se estabeleceu como uma espécie de centripetismo privatizante, estruturado em torno da figura do monarca, e foi herança política de um meio cultural igualmente absorvente, a cultura muçulmana. Entre os árabes, que ocuparam por oitocentos anos a península ibérica, a religião universalista e o dirigente protetor eram a garantia contra uma vida insegura e instável. A novidade da leitura weberina de Ricardo Rodríguez é que, para ele, essa organização patrimonial não destruiu a tradição contratualista ibérica, afastando-se, assim, da clássica interpretação de Alexandre Herculano. Por isso, a ideia de patrimonialismo pareceu-lhe uma vertente destacada, em alguns períodos da história mais ativa, porém secundária em relação ao desejo da liberdade e o gosto pelo individualismo que entre os ibéricos se exteriorizou no direito consuetudinário visigótico, sob cujas bases desenvolveu-se, hoje em dia, uma sólida democracia ibérica. Esse aspecto não foi explorado por Herculano. A interpretação desse patrimonialismo ibero e depois americano pode caminhar em direção a uma sociedade aberta em razão dessas origens. Isso porque o patrimonialismo ibérico, como dito, não destruiu o espírito de liberdade, herança do direito visigótico que permaneceu como uma das bases de nossa cultura.

A tradição de liberdade que permaneceu na cultura ibérica alimenta o pensamento liberal que, lhe parece, podem modernizar a sociedade brasileira, ao mesmo tempo que dá, à sua interpretação, uma coloração de filosofia política que não é evidente na interpretação mais sociológica que Alexandre Herculano realizou da sociedade ibérica.

Para Ricardo Vélez, a superação do patrimonialismo é fundamental, pois ele está associado ao atraso econômico, social e político da sociedade brasileira, completando a influência negativa deixada pela moral contrarreformista, que teve forte impacto entre nós durante mais de três séculos e que popularizou o ódio ao lucro, o desinteresse pelas coisas do mundo e a avaliação negativa do trabalho entendido como castigo.

Na avaliação do governo Collor de Melo, ele julgou tratar-se de uma recuperação da raiz visigótica em direção a um liberalismo maduro, mas depois se convenceu que não foi o que ocorreu. Recentemente, enxergou nos governos petistas um recrudescimento dessa vertente patrimonialista, onde a mistura se deu não tanto entre as coisas da vida privada do governante e do Estado, mas na identificação dos interesses do Partido e do Estado.

Naquilo que muito interessa ao público desse colóquio, no livro *Tópicos especiais da filosofia contemporânea* (2001), Ricardo Vélez reconheceu sua filiação à escola culturalista e fez uma análise da tradição pedagógica ibérica, vendo-a marcada pela falta de interdisciplinaridade. Parece-lhe que o motivo foi o papel da teologia no ensino escolástico, substituída, no século XVIII, pela aritmética política pombalina, que não modificou o caráter do ensino tradicional. Para superar essa limitação, parece-lhe que a pesquisa continuada e a formação humanística do ensino universitário constituem os caminhos mais seguros para assegurar a interdisciplinaridade. Quanto à importância desse humanismo no ensino básico, Ricardo o faz integrar a formação para a cidadania.

O aprofundamento das humanidades foi sugerido por vários intelectuais como Ortega y Gasset e fenomenólogos como Husserl e Jaspers. Eles pretenderam, dessa forma, superar a superficialidade e outros males advindos da falta de reflexão comum nas sociedades de massa. O humanismo abre diálogo com um elemento estruturante de nossa cultura, o mundo grego romano.

Ricardo Vélez, e outros culturalistas como, Leonardo Prota e Antônio Paim, elaboraram um programa de estudos das humanidades tendo como referência as escolhas feitas no St. John's College ou da coleção Great Books da Enciclopédia Britânica, havendo preparado um curso de humanidades sistematizando e comentando obras clássicas. Essa proposta abrangia assuntos e livros da antiguidade clássica, Israel e helenismo, bem como textos da Renascença e do pensamento moderno e contemporâneo.

Por seu longo legado de mais de quatro décadas dedicadas ao estudo da filosofia ibero-americana, e, particularmente da tradição luso-brasileira, foi pensada essa homenagem.